

HABEAS CORPUS Nº 638.394 - MT (2021/0000681-0)

RELATOR : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**
IMPETRANTE : JOAO DOUGLAS LAURENTINO SOUZA
ADVOGADO : JOAO DOUGLAS LAURENTINO SOUZA - MT0211670
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO
PACIENTE : MARCELL CAMILO LEITE (PRESO)
INTERES. : MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de MARCELL CAMILO LEITE em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MATO GROSSO.

Consta dos autos que o paciente foi preso temporariamente em 15/12/2020, pela prática, em tese, do delito tipificado no art. 1º e ss, da Lei n. 9.455/97 e no art. 288 do Código Penal.

O impetrante sustenta a ocorrência de constrangimento ilegal decorrente da decisão monocrática que indeferiu pedido liminar formulado em *habeas corpus* impetrado perante o Tribunal local, visando a soltura do paciente.

Requer a concessão da ordem, liminarmente, para que seja revogado o decreto prisional e possibilitar que o paciente responda ao processo em liberdade, alegando para tanto a situação de vulnerabilidade que se encontra, tendo em vista as enfermidades e sequelas de tratamento em razão das cirurgias a que foi submetido. Assevera ainda, a ausência de provas de sua participação nos delitos imputados.

Subsidiariamente, requer a concessão de prisão domiciliar ao paciente, conforme disposto no art. 5º, I, da Recomendação n. 62/2020, do CNJ e no HC n. 165704/DF.

É, no essencial, o relatório. Decido.

A matéria não pode ser apreciada pelo Superior Tribunal de Justiça, pois não foi examinada pelo Tribunal de origem, que ainda não julgou o mérito do *writ* originário.

A jurisprudência do STJ firmou-se no sentido de que não cabe *habeas corpus* contra indeferimento de pedido liminar em outro *writ*, salvo no caso de flagrante ilegalidade, conforme demonstra o seguinte precedente:

PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. SÚMULA 691/STF. FLAGRANTE ILEGALIDADE. SUPERAÇÃO.

TRÁFICO DE DROGAS. PRISÃO PREVENTIVA DEVIDAMENTE FUNDAMENTADA. NECESSIDADE DE GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. PRISÃO DOMICILIAR. CONSTRANGIMENTO ILEGAL EVIDENCIADO. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO. ORDEM CONCEDIDA, DE OFÍCIO. 1. Nos termos do Enunciado n. 691 da Súmula do Supremo Tribunal Federal, não é cabível habeas corpus contra indeferimento de pedido de liminar em outro writ, salvo em casos de flagrante ilegalidade ou teratologia da decisão singular, sob pena de indevida supressão de instância.

[...] (HC n. 486.900/SP, relator Ministro Ribeiro Dantas, Quinta Turma, DJe de 26/2/2019.)

Confira-se também a Súmula n. 691 do STF: “Não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de *habeas corpus* impetrado contra decisão do Relator que, em *habeas corpus* requerido a tribunal superior, indefere a liminar.”

No caso, não visualizo, em juízo sumário, manifesta ilegalidade que autorize o afastamento da aplicação do mencionado verbete sumular.

Ante o exposto, com fundamento no art. 21-E, IV, c/c o art. 210, ambos do RISTJ, indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 06 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente